

“O sítio é bonito e triste”.
Sobre mudanças sociais e emoções no mundo rural paulista.

GT 26: Sociología del cuerpo y de las emociones

MELO, Beatriz Medeiros de – mmelobeatriz@gmail.com
MORAES SILVA, Maria Aparecida – maria_moraes@terra.com.br

Resumo:

No caminho de compreensão das estratégias de resistência de um campesinato paulista (os sitiantes da microrregião de Jales, no extremo noroeste paulista) à recente expansão da monocultura da cana-de-açúcar para indústria, tomamos os sentimentos como importantes reveladores, tanto positiva quanto negativamente, de uma “moralidade camponesa” que sustenta, na região, uma trama social e espacial predominantemente rural. Apresentaremos tal discussão enquanto parte de um projeto que intenta evidenciar o papel das práticas, dos discursos e dos sentimentos como constituidores de uma “arquitetura moral da resistência camponesa”. Desse modo, primeiro apresentaremos as evidências que nos levaram, da análise das práticas, à observação dos sentimentos e discursos e, num segundo momento, apresentamos um primeiro delineamento teórico que tem sustentado a tal discussão.

Palavras-chave: expansão canavieira – sitiantes – extremo noroeste paulista – resistência - sentimentos

Apresentação

Neste artigo apresentamos um percurso de reflexões que despontam da investigação de doutoramento já concluída da primeira autora (orientada pela segunda), e se desdobra num projeto de pesquisa de pós-doutoramento que coloca no centro do debate o papel dos sentimentos e dos discursos como caminho para o desvelamento de uma “moralidade camponesa” e de uma trama social e espacial predominantemente rural na região estudada, a microrregião de Jales, no extremo noroeste do Estado de São Paulo, Brasil. Veremos que, neste marco, os sentimentos figuram como reveladores importantes, tanto negativamente – por meio dos sofrimentos vivenciados no contexto da expansão recente da cana-de-açúcar na região – quanto positivamente – por meio dos sentimentos de pertencimento e de identificação com um espaço particular (o espaço rural) e um quadro de valores particulares (a moralidade camponesa). As palavras do sitiante Antônio Fiorilli, “o sítio é bonito e triste”, que anunciamos no título deste trabalho, ilustram exatamente a dupla face de tais sentimentos: expressão tanto dos resultados dos processos de sujeição e de violência que os atinge quanto de um percurso de resistência em permanecer vivendo e produzindo a vida através da pequena produção familiar e diversificada. A seguir apresentamos, num primeiro momento, o contexto empírico em que surgem tais discussões e, em seguida, um primeiro delineamento teórico de como tais questões serão desveladas por uma literatura que ergue reflexões tanto a partir de uma Sociologia Política da Moral quanto de uma Sociologia das Emoções.

- 1. O marco da investigação: a resistência sitiante, das práticas aos sentimentos e discursos.**

A tese defendida pela primeira autora (dezembro de 2012) do artigo que aqui se apresenta, intitulada “História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista”¹ – orientada pela segunda autora – se propôs a explicar as práticas e relações sociais que permitiram que, numa porção do território do Estado que é o maior produtor de cana-de-açúcar para a indústria sob domínio do chamado *agronegócio* no país (São Paulo), se preservasse uma pequena agricultura familiar e diversificada. Falamos do extremo noroeste paulista, e mais especificamente, da microrregião de Jales. Nesta região, na metade do século XX, depois de uma sequência de fatos que passam pelo extermínio da população indígena, pelas grilagens efetuadas primeiro pelos mineiros fazedores de posses e depois por particulares e empresas de colonização que parcelaram as terras e as dispuseram à venda, se estabelecem na região descendentes de italianos, espanhóis, japoneses e migrantes nacionais, ex-colonos de fazendas de café que alcançaram aí o sonho que os mobilizara a partir de seus países de origem: a conquista da terra própria e da libertação do jugo dos fazendeiros. Desde esse período, então, se constitui na região uma economia fortemente baseada na pequena agricultura, familiar e diversificada, que torna a região uma das mais importantes produtoras de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e de importante bacia leiteira do Estado de São Paulo. E apesar da monocultura da cana-de-açúcar ter chegado ao Oeste de São Paulo já em finais da década de 80, há até poucos anos ainda não havia alcançado o território da MRG de Jales. A primeira usina sucroalcooleira foi instalada aí no ano de 2007, e, embora ela tenha firmado contratos de arrendamento com os proprietários de diversos sítios localizados em suas proximidades, em outras áreas da MRG a pequena agricultura resiste, e os sitiantes nem sequer vislumbram uma aproximação com os projetos da Usina.

Tomamos, então, a resistência da pequena agricultura no extremo noroeste paulista como um “dado”, que não se apoiava tão somente em nossas observações preliminares em campo, mas também nos dados secundários que registravam a relevante produção agropecuária das pequenas propriedades, a configuração da estrutura fundiária destacadamente desconcentrada, o volume considerável de população vivendo na área rural e empregada no setor primário, etc. E essa resistência, então, solicitava explicação. O resultado de nosso trabalho de investigação revelou a eficácia das “estratégias de reprodução social” dos sitiantes, sobretudo daquelas que se referem à organização da produção, do trabalho e da circulação dos produtos, em construir um arranjo favorável à sua manutenção. Mas, fugindo à perspectiva rasteira das explicações utilitaristas, alcançamos o conteúdo moral de tais práticas, que elucidaram a relação significativa (do plano dos significados, dos sentidos) construída entre os sujeitos (os sitiantes) e seu espaço de vida (o sítio). Encontramos uma “outra racionalidade” como pano de fundo para a explicação de tais práticas. Ela não se reduz ao cálculo econômico, ou ao cálculo de utilidade (embora também o contenha), mas é constituída sobre o terreno dos valores, da moral, das noções de bem, de justiça, de obrigações. Desse modo, não tem um fim em si mesmo, é uma racionalidade constituída na relação como o outro: na responsabilidade de continuidade do projeto de vida iniciado por seus ascendentes; no compromisso com parentes, vizinhos; ou, em outra perspectiva, com o “meio-ambiente” ou com os cidadãos que se alimentam de seus produtos; no “gosto” ou na “vocação” para trabalhar com um ou outro tipo de produção agropecuária; na necessidade de garantir “segurança” à reprodução do grupo familiar, e de assim correr menos riscos (MELO, 2012).

Dialogamos, então, naquele momento, sobretudo com autores que apontam para o conteúdo moral das estratégias de reprodução camponesa (SCOTT, 1976; WOORTMANN, 1990, entre outros). E propusemos, ao final, a possibilidade de que as “estratégias de reprodução social” camponesa, quando contrapostas a forças externas que ameaçam sua continuidade por pretender ocupar seu espaço

¹ Tese defendida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, São Paulo-Brasil), com financiamento do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A íntegra do trabalho pode ser consultada em: http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5837

de reprodução (como no contexto estudado, o caso da expansão da cana sobre um território majoritariamente ocupado com pequenos sítios), possam ser percebidas e definidas como “estratégias de resistência”.

Mas o extenso trabalho de campo realizado na microrregião de Jales deu conta de captar outras expressões de resistência (para além daquelas relacionadas às práticas produtivas) que se mostraram fontes analíticas valiosas tanto para a compreensão da “racionalidade camponesa” como para explicar a persistência da pequena agricultura num contexto, como já advertimos, tão adverso. Falamos aqui dos *sentimentos* e dos *discursos*, e da descoberta de seu *fundo moral*, tal como havíamos observado nas atividades de produção, comercialização e organização do trabalho. *Sentimentos* e *discursos* destacam a força moral do mundo rural e da pequena agricultura na microrregião de Jales tanto em sua expressão positiva quanto negativa: positivamente, por meio do *sentimento de pertencimento e identificação* com o modo de vida sitiante e o espaço rural, e negativamente por meio dos visíveis *sofrimentos* manifestos, consequência das mudanças sociais mais recentes que alcançam a região com a chegada da monocultura da cana-de-açúcar². Positivamente, por meio dos *discursos que enaltecem* o modo de vida rural em comparação com o modo de vida urbano; negativamente, nos *discursos que condenam* a atuação da Usina quase sempre se remetendo à sua falta de compromisso e de relação de sentido com a região e com aqueles que vivem nela. Apontam, desse modo, para a *amoralidade* dos atos e projetos da usina sucroalcooleira para a região³.

Essas “outras expressões” de resistência que se revelaram no processo investigação não foram, contudo, suficientemente tratadas. Desse modo, através do projeto de investigação de pós-doutoramento, intitulada “Arquitetura moral da resistência, das práticas aos sentimentos e discursos. O caso dos sítiantes do extremo noroeste paulista” tomamos os *sentimentos* e os *discursos* enquanto parte de um conjunto de expressões de resistência que, tal como revelaram as análises realizadas sobre as estratégias de organização das atividades produtivas do sítio, possuem um fundo moral, um conteúdo significativo, que ao ser cotidianamente reconstituído por meio das práticas culturais (as festas relacionadas ao calendário agrícola, as festas religiosas, os churrascos da sacolinha, os momentos de lazer), e de relações sociais constituídas (entre sítiantes, aparentados ou não, avizinados ou não, e entre esses e os funcionários técnicos e políticos do Estado), contribui para forjar uma trama social e espacial *predominantemente* rural no extremo noroeste paulista.

Essa mudança do foco analítico, como se verá, se sustenta teoricamente no diálogo entre a Sociologia Política da Moral e a Sociologia das Emoções, possibilitando a análise dos sentidos implícitos nos *sentimentos* expressos e nos *discursos* proferidos, desvelando o conteúdo moral que transita entre e uma e outra dessas formas de expressão. Tais manifestações morais serão tomadas como importantes sustentáculos das estratégias de resistência, que, junto às práticas produtivas já anteriormente estudadas, sustentam a “arquitetura da resistência”.

2. Quadro teórico: sentimentos e discursos como expressão da moralidade camponesa.

Nas análises produzidas para a tese de doutorado cujos desdobramentos deram origem ao projeto de pós-doutorado acima mencionado, mobilizamos uma bibliografia que se remete, sobretudo,

² Esses sofrimentos afetam muitos dos sítiantes, mas sobretudo aqueles que, em função da maior fragilidade de suas estratégias produtivas, optaram pelo arrendamento de parte ou da totalidade do sítio para o plantio do produto

³ Luc Boltanski fala dessa *amoralidade* como uma característica do capitalismo moderno. Em seu estudo sobre “o novo espírito do capitalismo” (2009) afirma que, se este sistema econômico teve impulso em um conjunto de valores morais (advindo sobretudo do protestantismo, tal como demonstrou Weber, 2004) é provavelmente a única, ou pelo menos a principal forma histórica ordenadora de práticas coletivas “perfeitamente desvinculada da esfera moral, no sentido de encontrar sua finalidade em si mesma (a acumulação de capital) e não por referência não só ao bem comum, mas também aos interesses de um ser coletivo” (p. 55)

ao conteúdo moral da atividade econômica característica do campesinato. Como o estudo de SCOTT (1976 e 2002) sobre a economia moral camponesa e a centralidade da ética de subsistência; os debates sobre a economia moral de Eduardo Paul Thompson (1998 e 1987), realizado por meio da análise das rebeliões e revoltas camponesas do final do século XVIII na Inglaterra; também o estudo de Karl Polanyi (2000) sobre a reação de camponeses, na Inglaterra do século XVIII, ao processo de cercamento das terras, até então de uso comum, por mercadores; e ainda o estudo de Karl Marx (2012) sobre a violação do sentido de *uso comum* de madeiras no século XVIII, que passavam a ser tratadas, quando se acirra o processo de privatização da posse da terra, enquanto *furto*. Também com certa literatura clássica sobre Sociedades Camponesas que faz referência ao conteúdo moral das estratégias de reprodução do grupo, aos valores simbólicos de que se revestem a propriedade (ou a terra) e à peculiaridade cultural deste grupo, constituído por valores comuns compartilhados⁴. Essa discussão dialoga, ainda, com estudos consagrados no campo da Antropologia, da História Social e da Economia que buscaram negar a universalidade da racionalidade utilitária e instrumental na interpretação das motivações econômicas das diferentes sociedades e sujeitos, desvelando seu pano de fundo moral⁵.

O desafio teórico que enfrentaremos será, então, o de revisar essa literatura já largamente reconhecida no campo dos Estudos Rurais, que explicam os conteúdos significativos e o quadro de valores (ético e morais) sobre os quais repousam as estratégias de reprodução de grupos camponeses (as práticas), mas sobretudo pensar o papel da *moralidade* em outros processos que contribuem para a estruturação da resistência camponesa: os *sentimentos* e os *discursos críticos* (reflexividade). Para tanto, estabeleceremos um diálogo tanto com autores que têm se tornado referência para o estudo das emoções como outros que adentram o universo de uma sociologia política da moral. Apresentaremos tal discussão nos parágrafos seguintes.

A emoção é percebida por diversos autores como a manifestação de um conjunto de valores predominantes em um determinado espaço e tempo histórico (ou *figuração*, nos termos de Elias). Para Norbert Elias (1994c), há uma retroalimentação entre a estrutura da personalidade (*psicogênese*) e a estrutura social (*sociogênese*) e a mudança em uma dessas estruturas inevitavelmente afeta a outra. Sua investigação dos *processos sociais* percorreu diversos objetos de análise (o esporte, os costumes, a literatura e outras obras de arte) apontando a fertilidade dessa perspectiva analítica, que entrecruza história, teoria social e psicanálise, para a compreensão dos *sentidos* manifestos pelos sentimentos (como a vergonha, o medo, o nojo, estudados pelo autor)⁶. Percorrendo caminho semelhante, Raymond Williams (2009) busca, sobretudo por meio da análise sociológica de obras literárias, delinear uma *estrutura de sentimentos* subjacente à determinada sociedade e tempo histórico. Para o autor, estes *sentimentos* se referem aos “elementos especificamente afectivos de la consciéncia y de las relaciones,

⁴ Eric Wolf (1976) sugeriu, que, diferente das análises que percebem a terra apenas como um fator de produção (CHAYANOV, 1974) ela possui também um valor simbólico, um sentido de patrimônio material e imaterial, e é indissociável do princípio da descendência e da indivisibilidade do processo de sucessão (MENDRAS, 1978), portanto de compromissos morais estabelecidos no processo sucessório. No mesmo caminho, estudos recentes destacam a moralidade e os princípios étnicos que são próprios do campesinato - como é observado na noção de *campesinidade* de Klaus Woortmann (1990), que define o campesinato como uma ordem moral - e apontam para a particularidade cultural e para os traços de continuidade desse grupo, explicável apenas em referência ao passado e à transmissão de valores morais através das gerações, como os estudos de Ellen Woortmann sobre as obrigações morais do sistema de transmissão da posse da terra (1995), de Maria Baudel Wanderley (2009 e 1996) que culminam com a definição do espaço rural como um espaço de vida, carregado de valores morais e éticos transmitidos através das gerações, de Antônio Candido (1971) e Maria Isaura de Queiroz (1973a e 1973b), que, no estudo da organização e reorganização dos bairros rurais quando da expansão do capitalismo no campo brasileiro (metade do século XX), destacam o *sentimento de localidade* e as relações de reciprocidade que unem grupos localizados de camponeses (que no caso de São Paulo, são chamados de caipiras ou sitiantes).

⁵ Como a *economia da dívida*, de Marcel Mauss (1974)⁵, inspirado por sua vez nos estudos anteriores de Franz Boas (1975) e Malinowski (1976) sobre a economia de sociedades ditas primitivas ou arcaicas

⁶ Retomaremos, para as reflexões deste projeto de investigação, diversas obras em que o autor coloca em ação essa perspectiva analítica da sociogênese e da psicogênese: (1994a, 1994b, 1994c, 2001, 2005).

y no del sentimiento contra el pensamiento, sino del pensamiento tal como es sentido y el sentimiento tal como es pensado”. Entretanto, a busca dessa *estrutura de sentimentos* pode ser realizada na análise de outros objetos e relações sociais, como na cultura e nas práticas⁷.

Percorrendo também as pistas de uma sociologia construída na interseção entre a sociologia e psicologia, mas tomando-as de uma perspectiva destacadamente crítica, é que Luc Boltanski pensa os *sentimentos*. Refletindo sobre as situações de mudança social, quando o desajuste entre o estado de coisas e as representações simbólicas se erige, o autor percebe os sentimentos e as emoções como uma *prova existencial* de tal desajuste (BOLTANSKI, 2009 apud CORREA, 2010⁸). Os sofrimentos, por exemplo, (tal como aqueles vividos por diversos sitiantes) são tomados como provas de uma *contradição hermenêutica* (ao nível dos sentidos). Tais provas existenciais podem ser institucionalizadas por meio das *provas de realidade* (substrato das críticas reformistas) e das *provas de verdade* (instância de confirmação dotada de função semântica). Entretanto, segundo o autor, em função do aumento do ceticismo, da falta de crença no progresso e da perplexidade ideológica que é consequência do atual estado de desenvolvimento do capitalismo, tais sentimentos (como o *sentimento de insegurança*, que se desdobra dos fenômenos citados) não alcançam institucionalizar-se e resta, tantas vezes, o *sofrimento como espetáculo* (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). A perspectiva crítica de Boltanski acerca dos sentimentos trará assim, importante contribuição para a reflexão sobre os sentimentos dos sujeitos dessa investigação.

Mas o autor contribuirá ainda com a reflexão sobre duas outras perspectivas importantes nessa investigação. Por um lado, possibilitará um aprofundamento da reflexão sobre a *moralidade*. Sua “sociologia política da moral”, ou “sociologia da crítica”, afastando-se do risco ao aprisionamento dos sujeitos às estruturas (como aqueles inerentes ao instrumental teórico da “sociologia das práticas” de Bourdieu) concede maior importância à capacidade crítica dos sujeitos, esboçada nos *juízos morais* e nas *justificações* (BOLTANSKI, 1986 apud BLIC, 2000). Herdeiro também da “sociologia da moral” de Durkheim (2006 e 1979b) e da noção de *ação social* baseada em valores de Max Weber (2002) o autor percebe a moral e os valores compartilhados como importantes detonadores das relações sociais. Entretanto, essa moral não paira acima dos indivíduos, como um “fato social” (tal como o pensava DURKHEIM, 1979a), mas é construída e reconstruída por eles em suas relações. De outro modo, os valores expressos nas ações não encontram impulso apenas na razão (como pensava Weber, 2002), mas também na moral, e nas emoções. Boltanski e Chiapello (2009) analisam os novos sentimentos produzidos pelas transformações recentes do capitalismo, o modo como eles se institucionalizam em crítica e como contribuem para o próprio redirecionamento das transformações do capitalismo.

A preocupação central do autor é perceber como os *juízos morais*, que encontram expressão não apenas nas práticas, mas também nos sentimentos, são mobilizados pelos atores em seus processos de justificação - provas de realidade -, dando-lhes caráter de *questão pública*, e como se institucionalizam – tornando-se provas de verdade. Explica então, que para a transformação dos sentimentos em uma “política” é necessário que os sofrimentos sejam tratados à distância, com o ponto de vista do observador, da terceira pessoa, isento de uma perspectiva particularizada. Essa capacidade de

⁷ Outros importantes autores tomados como pioneiros do campo da Sociologia e Antropologia das Emoções serão estudados, como SENNET (1972) e LYND (1961), e também autores que recentemente vem discutindo essa perspectiva no campo da Sociologia Rural, como KOURY (2012), ARÁOZ (2013), entre outros. Destacamos que essa é uma perspectiva de desenvolvimento bastante recente no campo da Sociologia Rural, e que nosso trabalho tem a intenção de contribuir para a reflexão dentro desse campo.

⁸ Destacamos que, neste primeiro momento, além da leitura na íntegra da obra “O novo espírito do capitalismo”, de Luc Boltanski, a única obra do autor traduzida para o português, acessamos as outras obras do mesmo autor que serão aqui citadas (e que se encontram publicadas apenas na língua original, o francês) por meio de resenhas e estudos realizados por outros pesquisadores brasileiros. Esse primeiro contato foi suficiente para revelar o potencial explicativo de suas teorias. Será, então, durante o desenvolvimento desta investigação de pós-doutorado que a pesquisadora tomará contato direto com as demais obras do autor, diretamente nos originais em francês.

reflexividade é potencializada pelos processos de racionalização típicos da modernidade, questão que foi tratada por importantes autores como Max Weber, sobretudo em seu estudo sobre a ética protestante (2004), mas também em seus estudos sobre a burocracia (2002), e por Norbert Elias, que nas diversas investidas analíticas aqui já mencionadas, aponta para o processo civilizador como um processo de racionalização das práticas e das emoções. Mas, para Boltanski, para o tratamento dos sofrimentos como questões públicas é preciso mais que racionalização e reflexividade, mas também um trabalho de interiorização da figura do observador, que pode ser entendido também como *empatia*, ou uma capacidade de compreender as causas de uma terceira pessoa ou de um grupo estranho como causa sua (BOLTANSKI, 1993 apud DUARTE, 1996).

A perspectiva esboçada por essa “sociologia da crítica” para compreender os *discursos críticos* dos sitiantes do extremo noroeste com relação a atuação da Usina e suas consequências, será de grande valia para a perspectiva interpretativa deste projeto. Tal como Boltanski, procuraremos “seguir os atores” e “levá-los a sério” (BOLTANSKI, 1993; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991 apud DUARTE, 1996), observando e tomando em conta as operações críticas que são realizadas por eles no curso ordinário da vida, e captando a reclamação de *justiça* que sustenta tais operações. Por outro lado, procuraremos compreender os processos de justificação que culminam em uma defesa da pequena agricultura, e que, em diálogo com as preocupações mais recentes com a sustentabilidade ambiental, a tomam como um modelo positivo com respeito a um quadro de valores institucionalizados.

Uma série de estudos no campo da Sociologia Rural tem apontado para um processo de revalorização do rural que se espalha da Europa para depois alcançar os demais espaços do globo. Esse processo tem impulso, sobretudo, na crítica aos danos ambientais causados pelo desenvolvimento capitalista no campo (MOREIRA, 1999) e às “deseconomias urbanas”. Como produto de tais reflexões podemos apontar as discussões recentes sobre a *multifuncionalidade da agricultura* (CARNEIRO; RENATO, 2005) e o *desenvolvimento rural sustentável* (ALMEIDA, 1998). A força de institucionalização das justificações contidas nesses discursos tem levado alguns autores (nos rastros das reflexões de Boltanski sobre os “quadros” e os “regimes de justificação”) a supor que a generalização e institucionalização das reclamações de justiça contidas nestes discursos caminham no sentido de constituir a crítica à forma de manejo da natureza e dos recursos naturais em uma nova *cit * (traduzida por alguns como “cidadela” ou “cidade”, entendida por Boltanski e Thévenot, 1991, como metafísicas morais mobilizadas pelos atores em situações de conflito), a *cit  verte*, ou cidade verde (LAFAYETE; THÉVENOT, 1993)

A institucionalização das reclamações de justiça que remetem à proteção da pequena agricultura (multifuncionalidade, sustentabilidade, *cit  verte*) e da natureza retroalimentam os discursos dos sitiantes do extremo noroeste paulista, que condenam as consequências ambientais e sociais da instalação da usina sucroalcooleira naquele território onde até então predomina a pequena agricultura familiar e diversificada. E se materializam em práticas políticas, como a instituição, no município de Jales, da lei que limita a expansão da cana-de-açúcar nos municípios, e também em alguns de apoio à produção e a comercialização mobilizados pelo Estado. Evidentemente, há contradições e limites inerentes a tais práticas, sobretudo tomando-se em conta o predomínio de uma política de desenvolvimento rural que segue comprometida com as grandes empresas multinacionais do agronegócio.

Suscintamente, então, o desafio teórico desta investigação é partir da análise das *práticas* (ou das estratégias de reprodução camponesa percebidas, num primeiro momento, por meio das práticas produtivas) para alcançar outras formas de manifestação da resistência e o conteúdo moral que as sustenta: os sentimentos, compreendidos como manifestação de um “espírito do tempo” e como *prova existencial* dos desajustes entre a realidade e as representações simbólicas; os discursos, que expressam e mobilizam as noções de justiça dos sitiantes e sustentam os processos de justificação e denúncia que, além de revelar a racionalidade camponesa, podem se institucionalizar e se transformar em política

pública. Esperamos, deste modo, haver encontrado o fio condutor para a explicação das expressões de resistência registradas pelos trabalhos de campo da tese de doutorado e construir, assim, uma *arquitetura moral da resistência*. Nossa intenção é, sobretudo, contribuir para as discussões teóricas acerca da *resistência camponesa*, evidenciando, que, para além da moral que se expressa nas práticas econômicas (ou produtivas), deve-se atentar para os sentidos de justiça e de moralidade expressos por meio dos sentimentos e dos discursos.

Bibliografia citada.

ALMEIDA, Jacione. “Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável.” In: *Reconstruindo a agricultura. Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*, por Jacione ALMEIDA e Zander NAVARRO. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

ARÁOZ, Horacio Machado. “Orden neocolonial, extractivismo y ecología política de las emociones.” *Revista Brasileira de Sociologia das Emoções* 12, n. 34 (abril 2013).

BLIC, Damien de. “La sociologie politique et morale.” *Raison politiques*, n. 3 (2000): Disponível em: <http://odel.ehess.fr/gspm/docannexe.php?id=1117>. Acessado em: 01/03/2013.

BOAS, Franz. *Etnografia Kwakiutl*. Chicago: Universidade de Chicago, 1975.

BOLTANSKI, Luc. *La Souffrance à Distance. Morale humanitaire, médias et politique*. Paris: Éditions Métailié, 1993.

BOLTANSKI, Luc, e Ève CHIAPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, Maria José, e Renato S. MALUF. “Multifuncionalidade da agricultura familiar.” *Cadernos do CEAM* ano V, n. 17 (fevereiro de 2005): 43-58.

CHAYANOV, Alexander von. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, 1974.

CORREA, Diogo Silva. “De Luc Boltanski "De la critique: Précis de Sociologie d'émancipation".” *Revista Sociedade e Estado* 25, n. 3 (setembro/dezembro 2010): 589-600.

DUARTE, Luiz Fernando D. “Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no ocidente.” *MANA (MANA)* 2, n. 2 (1996): 163-176.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1979a.

—. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1979b.

—. *Ética e Sociologia da Moral*. São Paulo: Editora Landy, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

- . *O processo civilizador. Volume II*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.
- . *O Processo Civilizador: uma história dos costumes. Volume I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994c.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Práticas instituintes e experiências autoritárias: o sindicalismo rural na Zona da Mata de Pernambuco, 1950-1974*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- LAFAYETE, Claudette, e Laurente THÉVENOT. “Une justification écologique ? Conflits dans l'aménagement de la nature.” *Revue française de sociologie* 4, n. 34 (1993): 495-524.
- LYND, Helen M. *On shame and the search for identity*. New York: Science Editions, 1961.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARX, Karl. “Debates acerca da lei sobre o furto de madeira (1842).” *Gazeta Renana*, n. 298 (2007): Tradução de Emil Asturig von München. Disponível em: http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#_ftn1. Acessado em: 10/10/2012.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MELO, Beatriz Medeiros de. *História e memória na contração da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista*. Tese (doutorado em Sociologia), São Carlos: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, 2012, 450f.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MOREIRA, Roberto José. “Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista.” In: *Mundo rural e tempo presente*, por Lúcio Flávio Carvalho de COSTA, Roberto José MOREIRA, Regina BRUNO e Ana Célia CASTRO, 239-265. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isauda Pereira de Queiroz. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973a.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973b.
- SCOTT, James C. “Formas cotidianas de resistência camponesa.” *Revista Raízes* 21, n. 01 (jan-jun 2002).
- . *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

- SENNETT, Richard. *The hidden injuries of class*. New York: Vintage Books, 1972.
- THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- . “Raízes históricas do campesinato brasileiro.” *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, outubro de 1996.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- . *Ensaaios de Sociologia*. São Paulo: LTC, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMAN, Klaus. “"Com parente não se neguceia".” *Anuário Antropológico* (Editora Tempo Brasileiro/UNB), n. 87 (1990).
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Rio de Janeiro: Hucitec/EdUNB, 1995.